

PODER / Ministro da Fazenda se reúne com o presidente da Câmara, Arthur Lira, para discutir a medida provisória da reoneração de 17 setores da economia. Deputado retornou a Brasília antes da hora ante a urgência do assunto

O périplo de Haddad pela MP

» EDLA LULA

O presidente da Câmara, Artur Lira (PP-AL), veio ontem a Brasília para discutir com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a medida provisória da reoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia. A reunião entre os dois, que teve início por volta das 20h, na Residência Oficial de Lira, durou cerca de uma hora e meia.

A princípio, o deputado pretendia tratar do assunto apenas no retorno do recesso parlamentar. Mas a pressão para que a decisão sobre os rumos da MP seja tomada antes do início do ano legislativo o fez voltar aos trabalhos antecipadamente.

Em breves palavras antes de deixar o prédio da Fazenda, Haddad informou aos jornalistas que ia “reportar” a Lira as conversas que teve com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O titular da equipe econômica ressaltou que a MP “visa promover o equilíbrio orçamentário no país”.

O ministério divulgou, ontem, o estudo elaborado pela Secretaria de Política Econômica (SPE),

que deu base para a proposta de reoneração da folha de pagamento. O documento diz que a MP cria uma nova proposta de política de desoneração, diferente da lei aprovada pelo Congresso Nacional no ano passado, que substituiu o recolhimento da contribuição patronal por uma alíquota sobre o faturamento das empresas.

A nova política, de acordo com o documento, tem a intenção de “otimizar a eficiência, a transparência e conformidade legal da política”, alinhando os benefícios com a responsabilidade fiscal do governo.

Pela proposta, aplica-se a alíquota diferenciada apenas para o primeiro salário mínimo de contribuição. Essa alíquota começa com 10% ou 15%, dependendo da classificação da atividade econômica. A cada ano, será elevada até atingir 18% em 2027.

Segundo o documento, o que se busca é “incentivar a criação de emprego formal, em especial para postos de trabalho de remuneração mais baixa, que são geralmente ocupados por trabalhadores de menor qualificação e/ou jovens entrantes no mercado de trabalho”.

A ideia, segundo a SPE, é estabelecer incentivos à criação de

Washington Costa / Ministério da Fazenda



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad: medida provisória “visa promover o equilíbrio orçamentário no país”

empregos para o trabalhador de mais baixa remuneração e à redução da informalidade, evitando grandes distorções em relação aos setores que atualmente usam mais intensivamente a desoneração e garantindo uma transição suave.

O documento observa que a política de desoneração da folha salarial no Brasil, implementada em 2011 e inicialmente considerada uma solução temporária, transformou-se em “um mecanismo controverso de transferência de renda, beneficiando empresas de determinados setores sem ganhos efetivamente comprovados para os trabalhadores e para a geração de emprego no país”.

A secretaria aponta ainda que a prorrogação do benefício até 2027 levanta questões constitucionais e orçamentárias, principalmente devido ao impacto financeiro adicional estimado em R\$ 12 bilhões no Orçamento deste ano.

Devolução

Os argumentos apresentados pela SPE, entregues por Haddad a Lira e Pacheco, no entanto, são contestados tanto pelos setores empresariais quanto por parlamentares. As confederações nacionais representativas da indústria, do comércio e do transporte e várias estaduais publicaram notas pedindo que o governo desista

da MP ou que Pacheco a devolva.

O advogado tributarista Leonardo Pessoa, sócio da Simonato & Pessoa Advogados, presidente do Ibedet e professor de direito tributário do IBMEC, afirmou que as justificativas do governo são falhas e podem ser questionadas judicialmente.

“Os argumentos apresentados nesse relatório não trazem novidades quanto aos argumentos do Ministério da Fazenda, pois apenas confirmam que o objetivo é atingir o déficit zero em 2024 nas contas públicas do governo federal e, portanto, se faz necessário ‘cortar’ o maior número de ‘benefícios’ fiscais existentes, mesmo que exista possibilidade concreta de questionamento judicial

» À espera do ministro

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse, ontem, que o anúncio sobre eventual acordo envolvendo a medida provisória da reoneração da folha de pagamentos será feito pelo chefe da pasta, o ministro Fernando Haddad. Segundo Durigan, o ministro tem conversado com líderes do Congresso para que as “premissas” estabelecidas pela equipe econômica sejam atendidas. “Tanto do ponto de vista da manutenção do compromisso fiscal quanto também de honrar as decisões que o Congresso tomou e a gente achar um caminho que honre as duas coisas, que é o que a gente fez ano passado”, disse Durigan.

da medida”, destacou.

O maior problema, para o advogado, é que os setores beneficiados foram surpreendidos pela medida. “O ideal seria o governo substituir essa MP por um projeto de lei. Assim, seria possível a deliberação no Congresso Nacional do projeto, com a participação dos setores afetados e de toda a sociedade”, ressaltou.

Interlocutores que acompanham as negociações indicam que o Congresso não deve devolver a MP, mas pressionar o governo para promover essas alterações, com uma nova medida que mantenha alguns de seus itens, mas excluindo o dispositivo que traz de volta a tributação da folha de pagamento.

Filiação de Marta será dia 2

O diretório paulistano do PT decidiu que a cerimônia de filiação de Marta Suplicy à sigla será em 2 de fevereiro, por volta das 18h. O local ainda não foi definido. A assessoria da ex-senadora confirmou a data e reiterou a expectativa pelas presenças do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O deputado federal Guilherme Boulos (PSol) comporá com Marta a chapa à Prefeitura de São Paulo.

De acordo com informações do diretório, a lista dos presentes ainda não foi fechada, mas o evento contará com muitas lideranças municipais e nacionais do PT. A data foi escolhida estrategicamente, pois é antes do aniversário de fundação do partido, 10 de fevereiro, e do carnaval, o que não deixa o ato muito distante.

Após mais de 30 anos de filiação ao PT, Marta Suplicy rompeu com o partido em 2015 em meio aos casos de corrupção. Após saída, a ex-prefeita de São Paulo foi para o MDB e teve uma rápida passagem pelo Solidariedade. Hoje, não é filiada a nenhuma legenda.

Marta se encontrou com Lula em 8 de janeiro e aceitou retornar ao PT para compor a chapa. Depois da decisão, foi exonerada da função de secretária de Relações Internacionais da gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB), que deve ser o principal oponente do ex-líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)



A refiliação não constitui uma saudável ‘autocrítica’ mas, sim, uma demonstração de falta de respeito do partido para consigo mesmo”

Trecho do pedido de impugnação da filiação de Marta

nesta corrida eleitoral.

O nome de Marta foi aprovado pela Executiva Municipal do PT, que promoveu um encontro na terça-feira. Na ocasião, também ficou decidido que não haverá prévias para a escolha de quem vai compor a chapa.

Apesar de a Comissão Executiva do PT paulistano ter aprovado a filiação de Marta à sigla, o procedimento ainda requer formalização. Segundo o estatuto da legenda, a ex-prefeita deverá preencher um formulário de filiação junto ao Diretório Municipal, e a solicitação precisa ser tornada pública pelo órgão. Após a divulgação, há um prazo de sete dias úteis para contestação por qualquer filiado, com igual

período para defesa.

Diante disso, dirigentes petistas avaliam que tendências do partido contrárias ao retorno de Marta, como o Trabalho e a Articulação de Esquerda, vão contestar a filiação da ex-prefeita.

Apesar disso, a volta dela à sigla deve ocorrer, uma vez que a maioria da Executiva municipal aprova o movimento. Na reunião desta semana, a filiação recebeu o aval por 12 votos dos 16 membros do colegiado.

Valter Pomar, líder da Articulação de Esquerda e dirigente nacional do PT, pediu a impugnação da filiação de Marta. Em uma carta enviada ao secretário-geral do PT, listou razões para a recusa.

“Para apoiar Boulos nas eleições municipais de 2024, Marta não precisa estar filiada ao PT. É positivo que, depois de anos contribuindo com a direita — época em que chegou a confraternizar, inclusive, com figuras ridículas e nefastas da extrema direita —, Marta volte agora a contribuir com a esquerda e apoie a candidatura Boulos em São Paulo”, diz o texto. “Mas não é necessário, não é indispensável e não é positivo que Marta o faça a partir do PT, pois é evidente que — da forma como a ‘operação regresso’ foi articulada — a refiliação não constitui uma saudável ‘autocrítica’ mas, sim, uma demonstração de falta de respeito do partido para consigo mesmo”, sustentou o dirigente na carta.

Geraldo Magela/Agência Senado



A ex-senadora Marta Suplicy se encontrou com Lula em 8 de janeiro e aceitou retornar ao PT

Aldo Rebelo integrará prefeitura paulista

O ex-deputado federal Aldo Rebelo, com passagens em ministérios de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, afirmou nas redes sociais, ontem, que aceitou um convite do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), para assumir uma secretaria em seu governo.

A decisão contraria diretamente o seu partido, o PDT, que

fechou apoio ao principal adversário nas eleições de 2024, o deputado federal Guilherme Boulos (PSol). A vaga é para a Secretaria de Relações Internacionais, antes ocupada por Marta Suplicy. Ela pediu demissão da prefeitura para ser vice na futura chapa de Boulos no pleito.

“Recebi convite do prefeito Ricardo Nunes para uma secretaria

na cidade de São Paulo. Decidi aceitar. Em comum acordo com o presidente (Carlos) Lupi, pe-direi licença do PDT pelo período que ocupar a função”, escreveu Rebelo na rede social X, antigo Twitter.

A Secretaria de Comunicação da Prefeitura confirmou o acerto ao longo da tarde. Rebelo assume no “decorrer de fevereiro”.

CGU: houve fraude em cartão de vacina

» RENATO SOUZA

A Controladoria-Geral da União (CGU) informou que uma investigação conduzida pelo órgão mostrou ser falso o registro de imunização contra o coronavírus que está no cartão de vacinação do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O caso foi alvo de uma operação da Polícia Federal, que apontou a participação do tenente-coronel do Exército Mauro Cid em um esquema de fraude. O militar foi preso em razão do episódio em maio do ano passado.

A CGU informou, em comunicado publicado ontem, que “de

acordo com os dados constantes do sistema do Ministério da Saúde, no Cartão Nacional de Vacinação do ex-presidente, há um registro contra a covid-19 que teria ocorrido em 19/7/2021, na Unidade Básica de Saúde (UBS) Parque Peruche, em São Paulo (SP)”.

Ainda de acordo com o órgão, outros dois registros de imunização, que teriam se dado em Duque de Caxias (RJ), haviam sido efetuados por agentes municipais, mas cancelados antes mesmo do início das investigações pela CGU. Em relação aos registros feitos no Rio de Janeiro, logo em diligências iniciais, os auditores verificaram a existência de

um possível esquema de fraude a cartões de vacinação, envolvendo o secretário municipal.

A investigação apontou que Bolsonaro sequer estava em São Paulo no dia em que teria ocorrido a suposta vacinação. A falsificação no cartão de imunização teria como objetivo facilitar a entrada de Bolsonaro e familiares nos Estados Unidos — país que exigia a vacinação de estrangeiros que queriam ingressar em solo norte-americano durante a pandemia.

Na apuração que correu na CGU, foram ouvidas diversas pessoas que trabalhavam na UBS Parque Peruche, em São

Paulo. “Os auditores tomaram, inclusive, o depoimento da enfermeira indicada no cartão de vacinação como aplicadora do imunizante, mas essa negou que tenha feito tal procedimento. E ainda afirmou que não trabalhava mais na unidade naquela data, o que foi confirmado por documentos”, informa nota divulgada pelo órgão.

Até o fechamento desta edição, Bolsonaro não tinha se pronunciado a respeito do assunto. Ouvido pela Polícia Federal, em maio do ano passado, o ex-presidente negou que tenha orientado subordinados a alterar seus registros de vacina.

Ed Alves/CB/DA.Press



À PF, em maio passado, Bolsonaro negou qualquer irregularidade